

EDITAL de Concorrência Pública [●]/2018

Concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”).

Sumário

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
PARTE II – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO.....	5
1. OBJETO DO EDITAL	9
2. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME	9
3. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL	10
4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	11
5. VIGÊNCIA E VALOR DA CONCESSÃO	12
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	12
7. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.....	15
8. REPRESENTAÇÃO DAS PROPONENTES	18
9. GARANTIA DAS PROPOSTAS	19
10. PROPOSTA COMERCIAL	21
11. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO	22
12. COMISSÃO DE LICITAÇÃO	30
13. ORDEM DOS PROCEDIMENTOS DA CONCORRÊNCIA	32
14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	35
15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS	37
16. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, ASSINATURA DO CONTRATO	38
17. PENALIDADES.....	40
18. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	40
PARTE IV – LISTA DE ANEXOS	41
ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS	41
ANEXO 2 - TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA	41
ANEXO 3 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA.....	41
ANEXO 4 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.....	41

ANEXO 5 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO.....	41
ANEXO 6 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.....	41
ANEXO 7 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	41
ANEXO 8 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU REGIME DE INSOLVÊNCIA	41
ANEXO 9 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA CONCORRÊNCIA.....	41
ANEXO 10 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA	41
ANEXO 11 - MODELO DE PROCURAÇÃO.....	41
ANEXO 12 - PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL	41
ANEXO 13 - MINUTA DE CONTRATO	41

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS

A UNIÃO, por meio do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, torna público, por meio do presente EDITAL de Concorrência Pública n.º [●], as condições da licitação, na modalidade de concorrência, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”).

A presente Concorrência será regida pelas regras previstas neste EDITAL e nos seus anexos, pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei Federal 9.074, de 07 de julho de 1995, e demais normas vigentes sobre a matéria.

O EDITAL e seus Anexos foram postos em consulta pública, no período de [●] até [●], informada ao público por meio de publicação no DOU de [●] e em jornais de grande circulação, e no sítio eletrônico [●].

Foi realizada audiência pública no Município de [●], no Estado de [●], no dia [●] de [●] de [●], informada ao público por meio de publicação no DOU de [●] e em jornais de grande circulação, e no sítio eletrônico [●].

O critério de julgamento será o de maior valor de OUTORGA FIXA INICIAL. As propostas e demais documentos necessários à participação na Concorrência serão recebidos no dia [●], no horário de [●] até as [●]. A abertura do volume das Garantias das Propostas será realizada em SESSÃO PÚBLICA a iniciar-se às [●] do dia [●], na [●]. A abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO será realizada no dia [●].

O EDITAL da presente Concorrência Pública, seus Anexos, bem como todas as informações e estudos referentes ao objeto da concessão onerosa poderão ser obtidos (i) em mídia eletrônica, na [●], por meio do pagamento do valor de R\$ [●] ([●]) e (ii) no sítio eletrônico [●], incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste EDITAL.

PARTE II – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1. Para os fins do presente EDITAL, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:
- (i) ADJUDICATÁRIA: PROPONENTE à qual foi adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO;
 - (ii) AFILIADA: com relação a determinada pessoa ou fundo de investimento, qualquer outra pessoa ou fundo de investimento que se caracterize como sua CONTROLADORA, CONTROLADA ou sob controle comum, direta ou indiretamente;
 - (iii) ANEXO DA MINUTA DO CONTRATO: cada um dos documentos anexos à Minuta do CONTRATO;
 - (iv) ANEXO OU ANEXO DO EDITAL: cada um dos documentos anexos ao EDITAL;
 - (v) COLIGADAS: qualquer pessoa ou fundo submetido à influência significativa de outra pessoa ou fundo. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;
 - (vi) COMISSÃO DE LICITAÇÃO: comissão designada pelo DNIT, designada pela Portaria nº [●] de [●] de 20[●], publicada na Seção [●] do Diário Oficial da União, sediado(a) [●] (endereço), a qual será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO;
 - (vii) CONCESSÃO: concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”), para exploração comercial da área mediante o pagamento de outorga fixa inicial e variável durante o período de vigência da concessão, bem como da prestação de SERVIÇOS, nos prazos e condições estabelecidas na minuta do CONTRATO e nos ANEXOS DA MINUTA DO CONTRATO;

- (viii) CONCESSIONÁRIA: SPE, conforme definida neste EDITAL, a ser constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de operar a CONCESSÃO;
- (ix) CONCORRÊNCIA: procedimento licitatório instaurado pelo EDITAL;
- (x) CONTRATO: é o contrato de Concessão Onerosa de Uso n.º [●];
- (xi) CONTROLADA: qualquer pessoa ou fundo de investimento cujo CONTROLE é exercido por outra pessoa ou fundo de investimento;
- (xii) CONTROLADORA: qualquer pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar que exerça CONTROLE sobre outra pessoa ou fundo de investimento;
- (xiii) CONTROLE: o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente:
 - (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso;
 - e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar;
- (xiv) DATA DE EFICÁCIA: data em que o CONTRATO tornar-se-á plenamente eficaz, na forma prevista no CONTRATO;
- (xv) DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- (xvi) DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO: conjunto de documentos arrolados no EDITAL, a ser obrigatoriamente apresentado pelas PROPONENTES, destinado a comprovar sua qualificação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica;
- (xvii) DOU: Diário Oficial da União;

- (xviii) EDITAL: o presente EDITAL de Concorrência Pública n.º [●] e todos os seus ANEXOS;
- (xix) EXPLORAÇÃO COMERCIAL: exploração comercial da FAIXA DE DOMÍNIO a ser desenvolvida pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, conforme as diretrizes da MINUTA DO CONTRATO e seus ANEXOS.
- (xx) FAIXA DE DOMÍNIO: faixa de domínio objeto da concessão de uso, conforme definição do ANEXO 4 da MINUTA DO CONTRATO, cuja transferência dar-se-á com base no plano planialtimétrico desenvolvido pela SPE;
- (xxi) GARANTIA DA PROPOSTA: a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas PROPONENTES, nos termos deste EDITAL;
- (xxii) GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser mantida pela CONCESSIONÁRIA em favor do DNIT, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO;
- (xxiii) INDICADORES DE DESEMPENHO: conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do ANEXO 4 DA MINUTA DO CONTRATO, referentes às metas de qualidade da prestação dos SERVIÇOS da CONCESSÃO;
- (xxiv) OUTORGA FIXA INICIAL: valor fixo a ser pago ao DNIT pela CONCESSIONÁRIA pelo uso da FAIXA DE DOMÍNIO, como condição de assinatura do CONTRATO;
- (xxv) OUTORGA VARIÁVEL: percentual da receita bruta da CONCESSIONÁRIA que deverá ser compartilhado com o DNIT, na forma do ANEXO 5 DA MINUTA DO CONTRATO.
- (xxvi) PRAZO DA CONCESSÃO: o prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA, admitida a sua eventual prorrogação, na forma do CONTRATO;
- (xxvii) PROPONENTE: qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar participante da CONCORRÊNCIA, isoladamente ou em consórcio, de acordo com o disposto no EDITAL;

- (xxviii) PROPOSTA COMERCIAL: o VALOR DE OUTORGA FIXA INICIAL ofertado pela PROPONENTE;
- (xxix) REPRESENTANTES CREDENCIADOS: pessoas autorizadas a representar as PROPONENTES em todos os atos relacionados à CONCORRÊNCIA;
- (xxx) SERVIÇO(S): serviços de conserva, limpeza, monitoramento e levantamento planialtimétrico a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA na FAIXA DE DOMÍNIO, conforme disposto no CONTRATO e ANEXOS DA MINUTA DO CONTRATO;
- (xxxi) SESSÃO PÚBLICA: sessão pública convocada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO para a abertura dos envelopes dos Volumes 1, 2 e 3 correspondentes à GARANTIA DA PROPOSTA, à PROPOSTA COMERCIAL e aos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO, respectivamente;
- (xxxii) SPE: sociedade de propósito específico a ser constituída pela PROPONENTE vencedora, sob a forma de sociedade por ações, que celebrará o CONTRATO com o DNIT;

1.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- (i) As definições do EDITAL serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;
- (ii) Os títulos dos capítulos e dos itens do EDITAL e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;
- (iii) No caso de divergência entre o EDITAL e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no EDITAL;
- (iv) No caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo DNIT;
- (v) No caso de divergência entre os ANEXOS emitidos pelo DNIT, prevalecerá aquele de data mais recente; e
- (vi) As referências aos horários se referem ao horário oficial de Brasília.

PARTE III – REGULAMENTO DA CONCORRÊNCIA

1. OBJETO DO EDITAL

1.1. O objeto do EDITAL é a concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”), para sua EXPLORAÇÃO COMERCIAL, mediante o pagamento de outorga fixa inicial e variável durante o período de vigência da concessão, bem como da prestação de SERVIÇOS, nos prazos e condições estabelecidas na minuta do CONTRATO e nos ANEXOS DA MINUTA DO CONTRATO.

1.2. A especificação do OBJETO acima referido encontra-se no CONTRATO e em seus ANEXOS e sua execução deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, no presente EDITAL e em seus ANEXOS, bem como na documentação apresentada pela ADJUDICATÁRIA.

2. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME

2.1. O EDITAL, suas planilhas e formulários, as informações, estudos e definição da FAIXA DE DOMÍNIO poderão ser obtidos, exclusivamente, (i) em mídia eletrônica, na Superintendência de Desenvolvimento da Capital do DNIT, no período de [●], até [●], das [●] às [●], por meio do pagamento do valor de R\$ [●] ([●]) e (ii) no sítio eletrônico [●], incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste EDITAL.

2.1.1. A documentação fornecida às PROPONENTES não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no EDITAL.

2.1.2. A obtenção de quaisquer documentos de maneira diversa daquela indicada no item 2.1, acima, não gera qualquer responsabilidade para o DNIT.

2.2. A obtenção do EDITAL não é condição para participação na CONCORRÊNCIA, mas a participação pressupõe a aceitação de todos os termos e condições do EDITAL, nos termos do item 6 do EDITAL.

2.3. As PROPONENTES são responsáveis pela análise direta de todos os dados e informações sobre a CONCESSÃO, cabendo-lhes, ainda, arcar com todos os custos e despesas referentes às providências necessárias à elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL, bem como à participação na CONCORRÊNCIA.

2.3.1. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados à FAIXA DE DOMÍNIO e sua EXPLORAÇÃO COMERCIAL, incluindo o Plano de Negócios Referencial constante do ANEXO 12 do EDITAL, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da CONCESSÃO, não apresentando, perante os potenciais PROPONENTES, qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do DNIT em face das PROPONENTES ou da futura CONCESSIONÁRIA.

2.3.2. A delimitação da FAIXA DE DOMÍNIO constante do ANEXO 4 DA MINUTA DO CONTRATO, bem como as atividades a serem potencialmente nela exploradas são igualmente referenciais, devendo a CONCESSIONÁRIA realizar LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO, que servirá de base para o TERMO DE TRANSFERÊNCIA e PLANO DE EXPLORAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO, conforme ANEXO 4 DA MINUTA DO CONTRATO.

2.4. Os interessados são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à CONCORRÊNCIA e à CONCESSÃO.

3. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL

3.1. Caso qualquer interessado necessite de esclarecimentos complementares sobre o EDITAL, deverá solicitá-los à COMISSÃO DE LICITAÇÃO até as [●] horas do dia [●], da seguinte forma:

- (i) Por meio de correspondência dirigida ao endereço eletrônico [●], acompanhada do arquivo contendo as questões formuladas, em formato “.doc” ou “.docx”, conforme modelo integrante do ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL; ou

- (ii) Por meio de correspondência dirigida ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, no endereço [●], contendo as questões conforme o modelo integrante do ANEXO 1, impressa e em meio magnético, com o respectivo arquivo gravado em formato “.doc” ou “.docx”, conforme modelo integrante do ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL;

3.1.1. A cada esclarecimento será atribuído um número específico, na forma do ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL, a ser referido nas respostas dadas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

3.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto no item 3.1 acima.

3.3. As respostas da COMISSÃO DE LICITAÇÃO aos referidos esclarecimentos complementares serão divulgadas no sítio eletrônico [●], podendo ser solicitada a ausência de identificação da fonte do questionamento.

3.4. As PROPONENTES poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o EDITAL na sala da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, localizada na [●].

3.5. Todas as correspondências referentes ao EDITAL enviadas à COMISSÃO DE LICITAÇÃO serão consideradas como entregues na data de seu recebimento pelo destinatário, exceto as recebidas após as [●] horas do dia [●], inclusive no caso de correspondências dirigidas a endereço eletrônico, que serão consideradas como recebidas no dia útil imediatamente posterior.

3.6. Todas as respostas da COMISSÃO DE LICITAÇÃO aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item constarão de ata, que será parte integrante deste EDITAL.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Sob pena de decadência deste direito, eventual impugnação do EDITAL deverá ser protocolada na [●]:

4.1.1. Por qualquer pessoa, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data para recebimento dos envelopes prevista no item 7.1 do EDITAL; ou

4.1.2. Por aqueles que irão participar da CONCORRÊNCIA, até o segundo dia útil antes da data para recebimento dos envelopes prevista no item 7.1 do EDITAL.

4.2. As impugnações ao EDITAL deverão ser dirigidas ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO e entregues no [●], localizado [●], nos prazos mencionados acima e observadas as condições legais.

4.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a participação do interessado na CONCORRÊNCIA.

4.4. O parecer da COMISSÃO DE LICITAÇÃO favorável à impugnação somente alterará a data para recebimento dos envelopes quando a alteração promovida no EDITAL afetar as condições de oferta da GARANTIA DA PROPOSTA, de elaboração da PROPOSTA COMERCIAL ou da apresentação dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO exigidos, hipótese na qual o EDITAL será republicado, reiniciando-se os prazos nele previstos.

5. VIGÊNCIA E VALOR DA CONCESSÃO

5.1. A CONCESSÃO terá o prazo de 20 (vinte) anos, contados da DATA DE EFICÁCIA conforme estabelecido na MINUTA DO CONTRATO.

5.2. O valor estimado do CONTRATO é de R\$ 6.274.435,98 (seis milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), correspondente à receita bruta projetada para o período da CONCESSÃO.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da CONCORRÊNCIA, nos termos deste EDITAL, isoladamente ou em consórcio, pessoas jurídicas (inclusive entidades de previdência complementar e instituições financeiras) e fundos de investimento, nacionais ou internacionais, de acordo com os termos deste EDITAL.

6.2. Não poderão participar da CONCORRÊNCIA as pessoas jurídicas que, isoladamente ou em consórcio, direta ou indiretamente:

- (i) Pessoa jurídica declarada inidônea por ato do Poder Público;
- (ii) Pessoa jurídica impedida ou suspensa de participar de licitação ou contratar com a Administração Pública;
- (iii) Pessoas jurídicas que tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei Federal n.º 9.605/98;
- (iv) Pessoa jurídica cujo(s) dirigente(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) ou tenha(m) sido ocupante(s) de cargo efetivo ou emprego no DNIT ou no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, ou ocupante(s) de cargo de direção, assessoramento superior ou assistência intermediária da União, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do Edital; e
- (v) Pessoas Jurídicas que estiverem sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

6.3. Caso a PROPONENTE participe por meio de consórcio, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no restante do EDITAL:

- 6.3.1.** Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira contidas no EDITAL;
- 6.3.2.** A exigência de qualificação técnica prevista no item 11.3.4 do EDITAL deverá ser comprovada pela empresa líder do Consórcio, que deverá deter ao menos 30% (trinta por cento) de participação no consórcio e na futura SPE e exercer isoladamente o controle da SPE.
- 6.3.3.** A desclassificação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação do consórcio;

- 6.3.4.** Nenhuma PROPONENTE poderá participar de mais de um consórcio, ainda que por intermédio de suas AFILIADAS ou COLIGADAS;
- 6.3.5.** Caso uma PROPONENTE participe de um consórcio, ficará ela impedida de participar isoladamente da CONCORRÊNCIA;
- 6.3.6.** Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciadas até a assinatura do CONTRATO;
- 6.3.7.** As consorciadas são responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio em virtude da CONCORRÊNCIA;
- 6.3.8.** O Consórcio deverá apresentar, no “Volume 1 – GARANTIA DA PROPOSTA”, Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, do qual deverão constar as seguintes informações:
- (a) denominação, organização e objetivo do consórcio;
 - (b) qualificação das empresas consorciadas;
 - (c) composição do consórcio com as respectivas participações das suas integrantes;
 - (d) indicação da empresa líder, responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio durante a CONCORRÊNCIA até a assinatura do CONTRATO;
 - (e) previsão de responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas referente aos atos relacionados à CONCORRÊNCIA;
 - (f) obrigação quanto à futura constituição da SPE, com a referência à participação de cada empresa consorciada no capital social da SPE;
- 6.3.9.** A participação na CONCORRÊNCIA implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do EDITAL, dos ANEXOS AO EDITAL, da MINUTA DO CONTRATO e dos ANEXOS DA MINUTA DO CONTRATO, bem como das demais normas aplicáveis à CONCORRÊNCIA.

7. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

7.1. A GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO deverão ser entregues em 3 (três) volumes lacrados até o dia [●], no horário de [●] às [●] na [●], situada na [●] por representante das PROPONENTES, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação:

(i) VOLUME 1 – GARANTIA DA PROPOSTA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●] – CONCESSÃO DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101/ES, ENTRE AS CIDADES DE VITÓRIA E SERRA, NO ESPÍRITO SANTO - RETA DO AEROPORTO.

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

(ii) VOLUME 2 - PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DE CONCESSÃO N.º [●] - CONCESSÃO DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101/ES, ENTRE AS CIDADES DE VITÓRIA E SERRA, NO ESPÍRITO SANTO - RETA DO AEROPORTO.

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

(iii) VOLUME 3 – DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO

EDITAL DE CONCESSÃO N.º [●] - CONCESSÃO DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101/ES, ENTRE AS CIDADES DE VITÓRIA E SERRA, NO ESPÍRITO SANTO - RETA DO AEROPORTO.

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

7.2. Cada um dos volumes da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO deverá ser apresentado em 2 (duas) vias idênticas, encadernadas separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de cada volume, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

7.3. Cada via conterá página com termo de encerramento próprio, que não será numerada.

7.4. Para efeito de apresentação:

- (i) As vias de cada um dos volumes da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO deverão conter, além da identificação citada no item 7.1 acima, os subtítulos “1ª via” e “2ª via”, respectivamente;
- (ii) Todos os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada, exceto os documentos relativos à “1ª via” do volume de GARANTIA DA PROPOSTA, que deverão ser apresentados em suas vias originais.

7.5. Todas as folhas de cada uma das vias da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO deverão ser rubricadas por um de seus REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

7.6. Um dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS deverá rubricar sobre o lacre de cada um dos envelopes contendo cada um dos volumes indicados no item 7.1, inserindo ao lado da rubrica, de próprio punho, a sua data e hora.

7.7. Todos os documentos com modelos previstos no EDITAL deverão ser apresentados conforme o EDITAL.

7.8. Eventuais falhas formais na entrega ou defeitos formais nos documentos que façam parte da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO poderão ser sanadas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, por ato motivado, em prazo por ela estabelecido, de acordo com as peculiaridades de cada caso, observada a celeridade da CONCORRÊNCIA.

7.8.1. Considera-se falha ou defeito formal aquela que (i) não desnature o objeto do documento apresentado, e que (ii) permita aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento.

7.8.2. Quando do saneamento de falhas formais referido neste item, não será aceita a inclusão de documento obrigatório, nos termos deste EDITAL, originalmente ausente na documentação apresentada pela PROPONENTE.

7.9. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

7.9.1. Todos os documentos que se relacionam à CONCORRÊNCIA deverão ser apresentados em língua portuguesa, idioma pelo qual será compreendida e interpretada toda a documentação apresentada; e

7.10. Não será admitida a entrega dos documentos da CONCORRÊNCIA por via postal ou qualquer outro meio não previsto neste item 7 ou após os prazos previstos neste EDITAL.

7.11. As PROPONENTES são responsáveis por todos os custos e esforços relacionados à preparação e à apresentação dos volumes da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO, isentando-se o DNIT, em qualquer

hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos adotados na CONCORRÊNCIA ou seus resultados.

7.12. A prática de atos pelas PROPONENTES deverá observar o cronograma estabelecido para cada etapa da CONCORRÊNCIA, ficando precluso o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas da CONCORRÊNCIA, salvo nas hipóteses admitidas no EDITAL.

8. REPRESENTAÇÃO DAS PROPONENTES

8.1. REPRESENTANTES CREDENCIADOS

8.1.1. Cada PROPONENTE poderá ter até 2 (dois) REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

8.1.2. A comprovação dos poderes de representação dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS deverá constar no envelope do “Volume 1 – GARANTIA DA PROPOSTA”, conforme o item 7.1 acima, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- (i) Instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da PROPONENTE, todos os atos referentes à CONCORRÊNCIA, nos moldes do modelo constante do ANEXO 11 - MODELO DE PROCURAÇÃO DO EDITAL, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente); e
- (ii) No caso de consórcio, o instrumento de procuração mencionado acima deverá ser outorgado pela empresa líder, com firma reconhecida, e será acompanhado de **(a)** procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, com firma reconhecida, e **(b)** documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes).

8.1.3. Aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS é garantida a possibilidade de intervir e praticar atos durante a SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA.

8.1.4. Os REPRESENTANTES CREDENCIADOS deverão firmar todas as declarações e documentos referidos neste EDITAL.

8.1.5. Cada REPRESENTANTE CREDENCIADO somente poderá exercer a representação de uma única PROPONENTE.

9. GARANTIA DAS PROPOSTAS

9.1. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser apresentada no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) e poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, ficando vedada qualquer modificação nos seus termos e condições.

9.2. A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de um ano a contar data para recebimento dos envelopes, cabendo à PROPONENTE comprovar sua renovação, à COMISSÃO DE LICITAÇÃO até 10 (dez) dias antes do vencimento deste prazo.

9.2.1. Se a PROPONENTE não comprovar a renovação da GARANTIA DA PROPOSTA no prazo fixado no item 9.2, será notificada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recebimento de notificação, sob pena de ser desclassificada da CONCORRÊNCIA.

9.2.2. Caso a renovação ocorra no período superior a 1 (um) ano da sua emissão original, o valor da GARANTIA DA PROPOSTA será reajustado pela variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre o mês anterior à data para recebimento dos envelopes e o mês imediatamente anterior à renovação.

9.3. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DAS PROPOSTAS.

9.4. As PROPONENTES deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da GARANTIA DA PROPOSTA:

9.4.1. A GARANTIA DA PROPOSTA, apresentada nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária, deverá seguir o conteúdo mínimo dos modelos constantes no ANEXO 2 -

TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA e no ANEXO 3 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA DO EDITAL, em sua forma original (não serão aceitas cópias de qualquer espécie) e deverão ter seu valor expresso em Reais, bem como a assinatura dos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação;

9.4.2. Na hipótese de a GARANTIA DA PROPOSTA ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á, apenas, Letras do Tesouro Nacional – LTN, Letras Financeiras do Tesouro – LFT, Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C, Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B.

9.4.3. Se a PROPONENTE for consórcio, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser apresentada em nome de uma ou mais consorciadas.

9.5. Além dos documentos de representação referidos no item 8.1.2, o volume da GARANTIA DA PROPOSTA deverá conter, conforme o caso: **(i)** a apólice do seguro-garantia; **(ii)** o instrumento de fiança bancária; ou **(iii)** declaração de que prestou garantia nas modalidades de dinheiro ou títulos públicos federais.

9.5.1. No caso de oferecimento de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a PROPONENTE deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido ao DNIT, datado e assinado por instituição financeira custodiante, da qual conste claramente: (i) o valor pecuniário da caução; (ii) a identificação dos títulos caucionados esclarecendo tratar-se dos títulos regulados pela Lei Federal n.º 10.179/01; e (iii) cláusula segundo a qual o DNIT poderá executar a caução nas condições previstas neste EDITAL.

9.6. As PROPONENTES que não apresentarem a GARANTIA DA PROPOSTA nas condições estabelecidas neste EDITAL estarão impedidas de participar da CONCORRÊNCIA e terão os demais documentos devolvidos.

9.7. Encerrada a CONCORRÊNCIA, as GARANTIAS DAS PROPOSTAS de cada PROPONENTE que dela participou serão devolvidas em até 15 (quinze) dias após a assinatura do CONTRATO.

9.7.1. A GARANTIA DA PROPOSTA da PROPONENTE vencedora será devolvida após 15 (quinze) dias da DATA DE EFICÁCIA.

9.8. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelas PROPONENTES em decorrência de sua participação na CONCORRÊNCIA, dará causa à execução da GARANTIA DA PROPOSTA, mediante notificação pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO à PROPONENTE inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas no item 17.1, do EDITAL, ou na legislação aplicável.

9.9. Na hipótese de desistência da PROPOSTA apresentada, de recusa injustificada em assinar o CONTRATO ou não apresentação da documentação exigida no item 16.2, a PROPONENTE sofrerá multa equivalente ao valor integral da GARANTIA DA PROPOSTA, que será executada em seu valor integral.

9.10. A GARANTIA DA PROPOSTA responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas PROPONENTES durante a CONCORRÊNCIA, até a assinatura do CONTRATO ou até a apresentação da documentação descrita no item 16.2, no caso da PROPONENTE vencedora, até o limite do seu valor.

9.11. Caso o valor da GARANTIA DA PROPOSTA seja insuficiente para fazer frente às penalidades e ou indenizações impostas, a PROPONENTE ficará obrigada a pagar pelos valores remanescentes no mesmo prazo indicado para pagamento da penalidade ou indenização a ela imposta.

10. PROPOSTA COMERCIAL

10.1. O volume da PROPOSTA COMERCIAL conterá a carta de apresentação devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO 4 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL DO EDITAL.

10.1.1. A PROPOSTA COMERCIAL da PROPONENTE deverá registrar o VALOR DE OUTORGA FIXA INICIAL que a PROPONENTE pagará ao DNIT caso venha a sagrar-se vencedora do certame, em reais (R\$), em até duas casas decimais.

10.1.2. A PROPOSTA COMERCIAL é incondicional e deverá ter como data base a data da SESSÃO PÚBLICA e considerar:

- (i) Todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando às financeiras) necessários à EXPLORAÇÃO COMERCIAL e prestação dos SERVIÇOS na FAIXA DE DOMÍNIO;
- (ii) O pagamento de outorga variável sobre a receita bruta da CONCESSIONÁRIA, conforme MINUTA DO CONTRATO;
- (iii) Os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da operação da CONCESSÃO, inclusive os da EXPLORAÇÃO COMERCIAL;
- (iv) O prazo de 20 (vinte) anos para a CONCESSÃO; e,
- (v) O valor da OUTORGA FIXA INICIAL.

10.2. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser válida por 1 (um) ano, contado da data para recebimento dos envelopes, mantidas todas as suas condições durante esse período.

10.3. As informações contidas na PROPOSTA COMERCIAL poderão ser mantidas pelo DNIT para formação de base de dados licitatórios.

11. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO

11.1. O volume dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO deverá ser iniciado com carta de apresentação, devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO 5 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DO EDITAL.

11.2. O volume dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO deverá conter os documentos indicados abaixo, de acordo com a natureza jurídica da PROPONENTE.

11.3. Quando a PROPONENTE for pessoa jurídica, deverá apresentar os seguintes documentos:

11.3.1. Para habilitação jurídica:

- (i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com a última alteração registrada no registro empresarial que consolidou as disposições do estatuto, contrato social ou ato constitutivo;
- (ii) Prova de eleição dos administradores da PROPONENTE, devidamente registrada no registro empresarial ou órgão competente;
- (iii) Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, nos termos do art. 28, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.2. Para qualificação econômico-financeira:

- (i) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca do Município onde se encontra a sede da PROPONENTE. Em se tratando de sociedade não empresária ou outra forma de pessoa jurídica, certidão negativa expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis em geral (processo de execução) da comarca do Município onde a PROPONENTE está sediada, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data para recebimento dos envelopes.
 - a. As empresas em recuperação judicial ou extrajudicial somente poderão participar do certame caso seja comprovada a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente.
- (ii) Apresentação de Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Em se tratando de LICITANTE constituída há menos de 1 (um) ano, deverão ser apresentados, em substituição ao balanço patrimonial, o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data da abertura da LICITAÇÃO e o balanço provisório devidamente registrado na respectiva junta comercial, sendo vedada a substituição dos referidos documentos para LICITANTES constituídas há mais de 1 (um) ano. O

balanço das empresas que não são obrigadas a publicá-los de acordo com a lei deverá estar assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade em que tiver sede a LICITANTE, com indicação do número das páginas transcritas no livro diário e registrado nos órgãos competentes. No caso de sociedade anônima, o balanço deverá estar publicado em órgãos de imprensa, na forma da lei. As LICITANTES obrigadas a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar, além do balanço patrimonial assinado pelo responsável legal e pelo contador, o comprovante da transmissão da Escrituração do exercício pelo sistema do SPED.

- (iii) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on-line”, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

11.3.3. Para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

- (i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;

- (ii) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da PROPONENTE;
- (iii) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- (iv) Certidão negativa conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB, às contribuições previdenciárias e à dívida ativa da União administrada pela PGFN; e
- (v) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal (referente ao ISSQN) da sede da PROPONENTE, por meio de certidões emitidas em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes data para recebimento dos envelopes;
- (vi) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida consoante o disposto no Título VII-A do Decreto-Lei n.º 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), do art. 29, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93 (com a redação dada pela Lei Federal nº. 12.440/2011), da Resolução Administrativa n.º 1470/2011, do Tribunal Superior do Trabalho, e demais normas aplicáveis.

11.3.3.1. Os documentos dispostos nos subitens (i) a (v), do item 11.3.3, poderão ser dispensados para as empresas cadastradas no SICAF - Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores, mediante a apresentação da cópia do seu registro cadastral, que será conferido mediante consulta da situação da Licitante, por meio de relatório a ser impresso pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO no momento da análise da habilitação.

11.3.4. Para comprovação da qualificação técnica:

11.3.4.1. Comprovação de que o PROPONENTE tenha participado de empreendimento comerciais, compatíveis com as linhas de receita estabelecidas nos Apêndices do ANEXO 4 da MINUTA DO CONTRATO, e/ou de infraestrutura em que a PROPONENTE tenha realizado investimentos de R\$ 28.113,88 (vinte e oito mil, cento e treze reais e oitenta e oito centavos) ou mais, com recursos próprios ou de terceiros e retorno

de longo prazo (assim considerado o prazo mínimo de cinco anos), observadas as seguintes condições:

- (i) Para efeito de alcance do valor previsto acima, é permitida a somatória de documentos de comprovação, desde que, ao menos em um dos empreendimentos referidos nos documentos de comprovação, a PROPONENTE tenha investimentos de, no mínimo, R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- (ii) Não serão admitidos documentos de comprovação de empreendimentos em que a PROPONENTE tenha realizado investimento inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- (iii) Será considerado como valor de investimento o montante de recursos aplicado pela PROPONENTE na construção e/ou recuperação e/ou conservação e/ou manutenção relacionada ao empreendimento.

11.3.4.1.1. Serão considerados como documentos de comprovação para fins de atendimento deste item:

- (i) Declaração e/ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes da execução do empreendimento;
- (ii) Declaração e/ou atestados fornecidos pelas instituições financeiras que tenham concedido os financiamentos, desde que mencionado o respectivo empreendimento e os valores obtidos; ou
- (iii) Declaração da PROPONENTE ou de entidade CONTROLADA, CONTROLADORA ou sob CONTROLE comum que indique os valores investidos com recursos próprios ou de terceiros acompanhada de cópia de contrato de concessão de financiamento firmado com instituição financeira.

11.3.4.1.2. Os valores descritos nos documentos de comprovação do item 11.3.4 serão atualizados, a partir da data de referência de realização do investimento, pelo

IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação.

11.3.4.1.3. A experiência de que trata o item 11.3.4, deverá ser comprovada pela empresa líder do Consórcio, que deverá deter, ao menos, 30% (trinta por cento) de participação no consórcio e na futura SPE e exercer isoladamente o controle da SPE.

11.3.4.1.4. Serão consideradas as seguintes regras para comprovação da experiência prevista no item 11.3.4:

- (i) No caso de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação no qual conste sua responsabilidade individual pelo(s) investimento(s) ou execução do(s) empreendimento(s), será considerado o valor total do(s) investimento(s) constante(s) no(s) documento(s) de comprovação;
- (ii) Na hipótese de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação de empreendimento(s) no(s) qual(is) tenha atuado como consorciada ou acionista com participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) no empreendimento, será computado o valor total do(s) investimento(s) constante do(s) documento(s) de comprovação;
- (iii) Na hipótese de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação de empreendimento(s) no(s) qual(is) tenha atuado como consorciada ou acionista com participação inferior a 50% (cinquenta por cento), será observada a proporção da participação da PROPONENTE no respectivo consórcio ou sociedade, aplicando-se essa proporção ao valor total do(s) investimento(s) constante do(s) documento(s) de comprovação.

11.3.4.1.5. Observadas as regras descritas nos itens 11.3.4 e subitens, acima, os documentos de comprovação poderão ser apresentados em nome de qualquer integrante do consórcio ou por empresas CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou outra sociedade sob CONTROLE comum.

11.3.4.2. Comprovação de que o PROPONENTE tenha participado de empreendimento com a execução direta ou indireta, de serviços de gestão de ativos, como terrenos, imóveis, comércios, em uma área mínima total correspondente a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados):

- (i) Serão considerados como documentos de comprovação para fins de atendimento deste item, declaração e/ou atestado fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes da execução do empreendimento.

11.3.5. Além dos documentos referidos acima, a PROPONENTE deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos, devidamente acompanhados da comprovação dos poderes de seus signatários:

- (i) Declaração de elaboração independente de proposta, na forma do ANEXO 6 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
- (ii) Declaração de compromisso de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO 7 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO EDITAL;
- (iii) Declaração de que a PROPONENTE não se encontra em processo de (i) falência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial (iii) liquidação judicial ou extrajudicial, (iv) insolvência, (v) administração especial temporária ou (vi) intervenção, conforme modelo constante do ANEXO 8 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU REGIME DE INSOLVÊNCIA DO EDITAL;
- (iv) Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da CONCORRÊNCIA, conforme modelo constante do ANEXO 9 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA CONCORRÊNCIA DO EDITAL;

- (v) Declaração de capacidade financeira, conforme modelo constante do ANEXO 10 – MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA;
- (vi) Minuta do estatuto social da SPE, que deverá conter disposições que não sejam contrárias às disposições ao disposto neste EDITAL e no CONTRATO;
- (vii) Minuta de eventuais acordos entre os futuros acionistas da SPE.

11.4. Quando a PROPONENTE for instituição financeira, deverá apresentar, além dos documentos referidos no item 11.3 acima, a comprovação da autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

11.5. Quando a PROPONENTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, além dos documentos referidos no item 11.3 acima, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

11.6. Quando a PROPONENTE for fundo de investimento, deverá apresentar, além dos documentos referidos no item 11.3 acima, os seguintes documentos:

- (i) Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;
- (ii) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
- (iii) Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;
- (iv) Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver);

- (v) Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;
- (vi) Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado pela assembleia de cotistas a participar da CONCORRÊNCIA e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da CONCORRÊNCIA, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que decorrem da CONCORRÊNCIA;
- (vii) Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários; e
- (viii) Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com data de até 90 (noventa) dias corridos anteriores à data para recebimento dos envelopes.

11.7. As certidões apresentadas para fins de atendimento às exigências de qualificação serão aceitas, salvo disposição contrária do EDITAL e quando delas não constar prazo de validade, se emitidas em até 90 (noventa) dias antes da data para recebimento dos envelopes.

11.8. A apresentação por parte da PROPONENTE de qualquer DOCUMENTO DE QUALIFICAÇÃO falso ou inválido na data para recebimento dos envelopes ensejará sua desclassificação da CONCORRÊNCIA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

11.9. A PROPONENTE se obriga a comunicar à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, imediatamente após sua ocorrência, qualquer fato ou circunstância superveniente que altere suas condições de qualificação, sob pena de desclassificação da CONCORRÊNCIA, sem prejuízo à aplicação das sanções cabíveis.

12. COMISSÃO DE LICITAÇÃO

12.1. A CONCORRÊNCIA será processada e julgada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização.

12.1.1.A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá solicitar auxílio da Procuradoria do DNIT, da Procuradoria Geral da República, de consultores, bem como de outros membros da administração pública federal que não integrem a COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

12.1.2.No desempenho de suas funções, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá ainda valer-se do auxílio de terceiros, prestadores de serviços técnicos especializados, especialmente para a análise da GARANTIA DA PROPOSTA prevista neste EDITAL.

12.2. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá:

- (i) Solicitar às PROPONENTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;
- (ii) Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da CONCORRÊNCIA, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pela PROPONENTE;
- (iii) Prorrogar ou antecipar, respeitados os limites legais, os prazos de que trata o EDITAL, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior; e
- (iv) Na hipótese de alteração que afete de forma inequívoca a elaboração da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e/ou dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO, alterar (a) data para recebimento dos envelopes; e (b) a data prevista para a abertura dos envelopes e julgamento das propostas, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

12.3. Qualquer alteração no EDITAL será publicada no DOU, em jornais de grande circulação e nos demais meios utilizados para disponibilização da documentação.

12.4. A recusa a fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, nos prazos por ela determinados e de acordo com os

termos deste EDITAL, poderá ensejar a desclassificação da PROPONENTE e a execução da GARANTIA DA PROPOSTA.

13. ORDEM DOS PROCEDIMENTOS DA CONCORRÊNCIA

13.1. O recebimento dos envelopes e a SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA seguirão a ordem de eventos indicada na tabela abaixo:

Eventos	Descrição do Evento
1	Publicação do EDITAL
2	Prazo para solicitação de esclarecimentos ao EDITAL
3	Prazo para impugnação ao EDITAL
4	Recebimento, pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, de todas as vias dos volumes relativos a: (i) GARANTIA DA PROPOSTA; (ii) PROPOSTA COMERCIAL; e (iii) DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO.
5	Credenciamento dos Representantes, abertura e análise das vias dos volumes das GARANTIAS DAS PROPOSTAS das PROPONENTES pelos membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
6	Divulgação, na sessão pública de abertura e credenciamento, das GARANTIAS DE PROPOSTAS não aceitas e sua motivação. Abertura do prazo para interposição de recursos contra a decisão de aceitação da GARANTIA DA PROPOSTA
7	Notificação das PROPONENTES da interposição de recursos e abertura de prazo para a impugnação aos recursos
8	Publicação, pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, da decisão sobre os recursos e respectivas impugnações acerca da aceitação das GARANTIAS DA PROPOSTA.
9	Abertura das vias dos volumes das PROPOSTA COMERCIAL das PROPONENTES cuja GARANTIA DA PROPOSTA tiver sido aceita Divulgação da ordem de classificação das PROPONENTES. Abertura dos volumes dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO apenas da PROPONENTE classificada em primeiro lugar na ordem de classificação. Publicação, pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, do resultado da CONCORRÊNCIA, incluindo a decisão relativa à análise dos

Eventos	Descrição do Evento
	DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO e da PROPOSTA COMERCIAL, correndo-se desta data o prazo para interposição de eventuais recursos acerca da análise da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO.
10	Notificação das PROPONENTES da interposição de recursos e abertura de prazo para a impugnação aos recursos.
11	Publicação, pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, da decisão sobre os recursos e respectivas impugnações.
12	Homologação do Resultado da CONCORRÊNCIA.
13	Comprovação de atendimento, pela PROPONENTE vencedora, das condições prévias à assinatura do CONTRATO, conforme indicado no item 16.2 do EDITAL.
14	Assinatura do CONTRATO.

13.2. A SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA dar-se-á a partir das [●] do dia [●], na [●], situada na [●], quando a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proclamará o recebimento dos envelopes de cada PROPONENTE, protocolados na forma do item 7.1 do EDITAL.

13.3. Após o início da SESSÃO PÚBLICA, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO promoverá a abertura dos envelopes referentes ao Volume 1 – GARANTIA DA PROPOSTA – de todas as PROPONENTES, quando então será (i) realizado o credenciamento dos representantes das PROPONENTES, conforme previsão do item 8.1 do EDITAL; e (ii) verificado o atendimento ao disposto no item 9 do EDITAL para as GARANTIAS DA PROPOSTA.

13.4. Proferida a decisão sobre a GARANTIA DA PROPOSTA, as PROPONENTES terão direito de vista da respectiva documentação e será aberto prazo para eventual recurso.

13.4.1. Caso todas as PROPONENTES declinem expressamente do direito de recorrer, a sessão terá continuidade com a abertura do Volume 2 - PROPOSTA COMERCIAL.

13.4.2. Ante a interposição de recurso, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO o analisará, em juízo de reconsideração.

13.4.3. Caso não reconsidere sua decisão a COMISSÃO DE LICITAÇÃO encaminhará os autos à autoridade superior para reexame.

13.4.4. Decidido(s) o(s) recurso(s), nova sessão será designada para que se dê continuidade à CONCORRÊNCIA, mediante realização das devidas comunicações.

13.5. Em SESSÃO PÚBLICA divulgada no DOU serão abertos os Volumes 2 - PROPOSTA COMERCIAL e a COMISSÃO DE LICITAÇÃO anunciará individualmente os valores de OUTORGA FIXA INICIAL consignados nas PROPOSTAS COMERCIAIS de cada PROPONENTE.

13.6. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO promoverá então a abertura do Volume 3 – DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO apenas da PROPONENTE mais bem classificada até o momento, e se esta atender a todas as exigências relativas à habilitação previstas no EDITAL, conforme item 11.3 do EDITAL, será declarada vencedora da CONCORRÊNCIA.

13.6.1.A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá suspender a sessão para análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, caso não se ache em condições de proferir sua decisão de imediato, na forma do item 13.11 deste EDITAL.

13.7. Se a PROPONENTE originalmente classificada em primeiro lugar na PROPOSTA COMERCIAL não atender às exigências de habilitação, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, uma vez esgotadas as possibilidades de saneamento, esclarecimento ou diligência, promoverá a abertura do envelope - Volume 3 da segunda colocada e assim sucessivamente até que uma PROPONENTE atenda às exigências de habilitação, sendo, então, declarada vencedora da CONCORRÊNCIA.

13.8. Decidida a habilitação, as PROPONENTES terão direito de vista da documentação encartada nos Volumes 2 e 3 e será aberto prazo para eventual interposição de recurso contra as decisões da COMISSÃO DE LICITAÇÃO quanto à PROPOSTA COMERCIAL e aos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO.

13.8.1.Caso todas as PROPONENTES declinem expressamente do direito de recorrer, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proferirá o resultado da CONCORRÊNCIA, que será encaminhada à autoridade superior para homologação e eventual adjudicação.

13.8.2.Ante a interposição de recurso, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO o analisará, em juízo de reconsideração.

13.8.3.Caso não reconsidere sua decisão a COMISSÃO DE LICITAÇÃO encaminhará os autos à autoridade superior para reexame.

13.8.4.Decidido o(s) recurso(s), a CONCORRÊNCIA será devolvida à COMISSÃO DE LICITAÇÃO a qual dará, conforme o caso, continuidade ao certame.

13.9. Executada a decisão do recurso, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO proferirá o resultado da CONCORRÊNCIA que será encaminhada à autoridade superior para homologação e eventual adjudicação.

13.10. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO fará constar dos autos da CONCORRÊNCIA relatório no qual consignará todos os procedimentos havidos, bem como descreverá de forma detalhada a classificação, o julgamento e a análise dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO.

13.11. A SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA poderá ser suspensa pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO ao final de cada uma das etapas acima descritas, sendo-lhe facultado, ainda, publicar sua decisão no DOU ou convocar as PROPONENTES para nova SESSÃO PÚBLICA na qual proferirá sua decisão.

14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

14.1. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO desclassificará a PROPONENTE cuja PROPOSTA COMERCIAL, dentre outros motivos:

14.1.1.Não atender a totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no EDITAL;

14.1.2.Contiver rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;

14.1.3.Contiver emendas, ressalvas ou omissões;

14.1.4. Implicar oferta submetida à condição ou termo não previsto neste EDITAL; e

14.2. A classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS ocorrerá em ordem decrescente de valor, sendo, portanto, a primeira colocada a PROPOSTA COMERCIAL com o maior valor de OUTORGA FIXA INICIAL.

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. As PROPONENTES que participarem da CONCORRÊNCIA poderão recorrer da decisão sobre a aceitação da GARANTIA DA PROPOSTA, a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS e da análise dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO da PROPONENTE vencedora.

15.1.1. O recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da correspondente decisão.

15.1.1.1. Na hipótese da mesma publicação referir-se à classificação e habilitação da PROPONENTE, o prazo é mesmo para ambos os recursos.

15.1.2. O recurso interposto será comunicado às demais PROPONENTES, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.1.3. Os recursos e as impugnações aos recursos deverão ser dirigidos ao presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhá-los à alçada competente.

15.2. Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante(s) legal(is), REPRESENTANTES CREDENCIADOS, procurador com poderes específicos ou qualquer pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração desses poderes, devendo ser protocolados na sede do DNIT, identificados como segue:

RECURSO ADMINISTRATIVO

RELATIVO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●] – CONCESSÃO
DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101/ES, ENTRE AS CIDADES DE
VITÓRIA E SERRA, NO ESPÍRITO SANTO - RETA DO AEROPORTO.

At. Sr. [●]

15.3. Concluídos o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será divulgado no sítio eletrônico [●] e publicado no DOU.

16. HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. O prazo para assinatura do CONTRATO será de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do ato de homologação, prorrogáveis por igual período.

16.2. A assinatura do CONTRATO ficará condicionada à apresentação, pela PROPONENTE Adjudicatária, dos seguintes documentos ao DNIT:

- (i) Prova de constituição da SPE, nos exatos termos da minuta apresentada pela PROPONENTE na fase de análise dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO, com a correspondente certidão do registro empresarial competente, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (ii) Descrição da estrutura acionária e de gestão considerada para a SPE, contendo: **(a)** descrição dos tipos de ações; **(b)** acionistas e suas respectivas participações por tipo de ação; **(c)** indicação da composição societária da CONCESSIONÁRIA; **(d)** acordos de acionista da SPE, quando aplicável; **(e)** identificação dos principais administradores, **(f)** descritivo dos princípios de governança corporativa adotados na gestão da SPE;
- (iii) Constituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO referida na MINUTA DO CONTRATO;
- (iv) Pagamento da OUTORGA FIXA INICIAL ao DNIT no valor indicado na PROPOSTA COMERCIAL da ADJUDICATÁRIA.

16.2.1. O prazo previsto no item 16.1 poderá ser prorrogado, por igual período, se solicitado durante o seu transcurso pela PROPONENTE adjudicatária e desde que decorra de motivo justificado, aceito pelo DNIT.

16.3. Cumpridas as exigências constantes do subitem anterior, a SPE será convocada pelo DNIT para assinatura do CONTRATO.

16.4. Se dentro do prazo de validade de sua PROPOSTA COMERCIAL e após convocação, a SPE se recusar a assinar o CONTRATO, ou ainda, não apresentar a documentação exigida até a DATA DE EFICÁCIA, o DNIT aplicará multa em valor equivalente ao da GARANTIA DA PROPOSTA e executará, imediatamente, o total da GARANTIA DA PROPOSTA apresentada pela PROPONENTE adjudicatária para receber a multa aplicada, sem prejuízo de indenizações por perdas e danos sofridos pela Administração Pública nos casos em que o valor da GARANTIA DA PROPOSTA se mostrar insuficiente.

16.5. A recusa a assinar o CONTRATO, sem justificativa aceita pelo DNIT, dentro do prazo estabelecido, acarretará à PROPONENTE adjudicatária individual, ou, no caso de consórcio, a todos os consorciados, a suspensão temporária de participação em licitação, o impedimento de contratar com a Administração pelo período de 24 (vinte e quatro) meses e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma da lei.

16.6. Se a PROPONENTE adjudicatária se recusar a assinar o CONTRATO no prazo estabelecido no item 16.1, ou, ainda, não cumprir qualquer das exigências prévias à assinatura do CONTRATO, fica a COMISSÃO DE LICITAÇÃO autorizada a convocar as demais PROPONENTES, na ordem de classificação de suas PROPOSTAS COMERCIAIS para proceder a assinatura do CONTRATO, após verificação dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO, nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

16.7. Na hipótese do item 16.6 e em virtude de fatos supervenientes, fica o DNIT autorizado a revogar a CONCORRÊNCIA, mediante proposta da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, devidamente justificada em prol do interesse público, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.8. O DNIT, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a CONCORRÊNCIA se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.

16.9. A nulidade da CONCORRÊNCIA implica a nulidade do CONTRATO, não gerando obrigação de indenizar por parte do DNIT, observado o disposto no art. 59, parágrafo único da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.10. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá, a qualquer tempo, adiar as etapas da CONCORRÊNCIA, nos termos da legislação aplicável, sem que caiba às PROPONENTES direito a indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

16.11. Serão inutilizadas todas as vias dos volumes das GARANTIAS DE PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO que não forem retiradas pelas demais PROPONENTES no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do CONTRATO.

17. PENALIDADES

17.1. Sujeita-se às sanções previstas neste EDITAL, a PROPONENTE que descumpri-lo, de modo a prejudicar o certame ou que pratique qualquer ato ilegal dentre os quais os previstos na seção III, art. 89 e seguintes, da Lei Federal n.º 8.666/93.

17.2. Garantidos o contraditório e a prévia e ampla defesa, as penalidades administrativas a que se sujeitam as Licitantes são as seguintes:

17.2.1. Multa, proporcional à gravidade da falta;

17.2.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do DNIT por prazo não excedente a 02 (dois) anos; e

17.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os prazos estabelecidos em dias, no EDITAL e na MINUTA DE CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência à dias úteis.

Brasília [●] de [●] de 20[●].

Presidente da Comissão de Licitação

Diretor-Geral do DNIT

PARTE IV – LISTA DE ANEXOS

1. Para todos os fins, integram o EDITAL os seguintes ANEXOS, que serão disponibilizados a parte:

ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

ANEXO 2 - TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA

ANEXO 3 - MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

ANEXO 4 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO 5 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO

ANEXO 6 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

ANEXO 7 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ANEXO 8 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU REGIME DE INSOLVÊNCIA

ANEXO 9 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA CONCORRÊNCIA

ANEXO 10 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

ANEXO 11 - MODELO DE PROCURAÇÃO

ANEXO 12 - PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

ANEXO 13 - MINUTA DE CONTRATO